



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Bráulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

- 1 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 3 – ERRATA



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.757/2016

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado André Quintão, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação União Comunitária do Córrego do Ouro, com sede no Município de Imbé de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.757/2016 pretende declarar de utilidade pública a Associação União Comunitária do Córrego do Ouro, com sede no Município de Imbé de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social e a promoção do desenvolvimento local.

Com esse propósito, a instituição promove a proteção à saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice; combate a fome e a pobreza; promove a integração de seus beneficiários ao mercado de trabalho; promove a divulgação de cultura e do esporte; e promove a proteção do meio ambiente.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação União Comunitária do Córrego do Ouro no Município de Imbé de Minas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.757/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 30 de janeiro de 2017.

Gustavo Corrêa, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.760/2016****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Tadeu Martins Leite, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Tamboril, com sede no Município de Fruta-de-Leite.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.760/2016 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Tamboril, com sede no Município de Fruta-de-Leite, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção do desenvolvimento local.

Com esse propósito, a instituição promove o desenvolvimento da comunidade de Tamboril, por meio de obras e ações com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimos; representa os seus associados junto aos órgãos públicos e privados no atendimento de suas reivindicações; atua pela melhoraria do convívio dos moradores da comunidade; promove atividades assistenciais; e promove a conscientização da comunidade sobre assuntos que contribuam para o seu desenvolvimento.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária de Tamboril, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.760/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 30 de janeiro de 2017.

Gustavo Corrêa, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 30/1/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Antônio Carlos Ferreira Ramos, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Felipe Attiê;

exonerando Bruna Martins Cunha, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Nozinho;

exonerando Celso Donato de Moraes Filho, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva;

exonerando Cláudiney Palma, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Carlos Arantes;

exonerando Eduardo Antonio da Silva, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Felipe Attiê;

exonerando Maria dos Anjos Martins, padrão VL-43, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

exonerando Marília Jardim de Sousa, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;
exonerando Ney da Silva, padrão VL-43, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;
exonerando Ricardo Guerra Martins Torres, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Nozinho.

AVISO DE LICITAÇÃO

Julgamento de Recurso Administrativo

Concorrência nº 2/2015

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 140/2015

Objeto: prestação, sob demanda, de serviços de gestão, planejamento, organização, promoção, coordenação, operacionalização, produção e assessoria de eventos de caráter institucional.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que foi desprovido o recurso interposto pela Mac Promoções e Eventos Ltda. em face da decisão da Mesa do dia 5 de dezembro de 2016, que revogou a Concorrência nº 2/2015.

Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2017.

Mesa da Assembleia

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL COM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

ESTADO DE MINAS GERAIS – PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I (Portaria STN nº 553, de 22 de setembro de 2014)

RS1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (6) JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.004.515.622,97	30.178.004,22
Pessoal Ativo	687.697.801,38	30.178.004,22
Pessoal Inativo e Pensionistas	316.817.821,59	
Outras despesas c/pessoal decorrentes de contratos de terceirização (LRF – art. 18, § 1º)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (LRF, art. 19, § 1º) (II)	319.531.271,04	30.178.004,22
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)	2.694.231,90	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	30.178.004,22
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	114.748.218,50	



(-) Pensionistas (3)	2.354.496,22	
(-) Inativos (4)	199.715.106,87	
(-) Despesas de Caráter Indenizatório (5)	19.217,55	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	684.984.351,93	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	53.731.469.131,32	100,0000
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III a + III b)	684.984.351,93	1,2748
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	1.074.629.382,63	2,0000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.020.897.913,50	1,9000
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	967.166.444,36	1,8000

FONTES: RCL: SIAFI-MG, SEF/SCCG, 20/jan/2017, 11h e 54m; Dados da execução: SIAFI-MG, ALMG, 23/jan/2017, 9h e 30m

- Notas:
- (1) Indenizações por exoneração de servidores de recrutamento amplo:
Férias-prêmio pagas por ocasião da exoneração (elemento/item 3.1.90.16-05) – R\$0,00;
Férias e adicional de férias pagos por ocasião da exoneração(elemento/item 3.1.90.94-01) – R\$2.694.231,90.
 - (2) Despesas com inativos custeadas com recursos de contribuições patronais e de servidores para o FUNFIP – art.19, VI, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.
 - (3) Despesas com pensionistas, nos termos do art. 3º da IN TCEMG nº 1, de 18/04/01, com a redação dada pela IN nº 5, de 19/12/01;
 - (4) Conforme Instruções Normativas TCEMG nºs 1 e 5/2001, deduzindo-se as despesas com inativos custeadas com recursos de contribuições patronais e de servidores para o FUNFIP da linha “Inativos com Recursos Vinculados (3)”;
 - (5) Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000:
Férias-prêmio pagas por ocasião da aposentadoria (elemento/item 3.1.90.16-05) – R\$19.217,55.
 - (6) Os limites máximo e prudencial foram fixados em conformidade com a Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas de dezembro de 2014.

Deputado Adalclever Ribeiro Lopes – Presidente; Deputado Hely Tarquínio – 1º-Vice-Presidente; Deputado Lafayette Luiz Doorgal de Andrada – 2º-Vice-Presidente; Deputado Braulio José Tanus Braz – 3º-Vice-Presidente; Deputado Ulysses Gomes de Oliveira Neto – 1º-Secretário; Deputado Alencar Magalhães da Silveira Jr. – 2º-Secretário; Deputado Wilson Roberto Batista – 3º-Secretário; Cristiano Félix dos Santos Silva – Diretor-Geral; Antoninho Rodrigues Goulart – Diretor de Finanças; Rogério Gurjão Pinheiro – Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SEM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

ESTADO DE MINAS GERAIS – PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I (Portaria STN nº 553, de 22 de setembro de 2014)

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (4) JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.004.515.622,97	30.178.004,22
Pessoal Ativo	687.697.801,38	30.178.004,22
Pessoal Inativo e Pensionistas	316.817.821,59	
Outras despesas c/pessoal decorrentes de contratos de terceirização (LRF – art. 18, § 1º)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (LRF, art. 19, § 1º) (II)	117.461.667,95	30.178.004,22
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)	2.694.231,90	



(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	30.178.004,22
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	114.748.218,50	
(-) Despesas de Caráter Indenizatório (5)	19.217,55	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	887.053.955,02	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	53.731.469.131,32	100,0000
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III a + III b)	887.053.955,02	1,6509
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	1.074.629.382,63	2,0000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.020.897.913,50	1,9000
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	967.166.444,36	1,8000

FONTES: RCL: SIAFI-MG, SEF/SCCG, 20/jan/2017, 11h e 54m; Dados da execução: SIAFI-MG, ALMG, 23/jan/2017, 9h e 30m

- Notas:
- (1) Indenizações por exoneração de servidores de recrutamento amplo:
Férias-prêmio pagas por ocasião da exoneração (elemento/ítem 3.1.90.16-05) – R\$0,00;
Férias e adicional de férias pagas por ocasião da exoneração (elemento/ítem 3.1.90.94-01) – R\$2.694.231,90.
 - (2) Despesas com inativos custeadas com recursos de contribuições patronais e de servidores para o FUNFIP – art.19, VI, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.
 - (3) Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000:
Férias-prêmio pagas por ocasião da aposentadoria (elemento/ítem 3.1.90.16-05) – R\$19.217,55.
 - (4) Os limites máximo e prudencial foram fixados em conformidade com a Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas de dezembro de 2014.

Deputado Adalclever Ribeiro Lopes – Presidente; Deputado Hely Tarquínio – 1º-Vice-Presidente; Deputado Lafayette Luiz Doorgal de Andrada – 2º-Vice-Presidente; Deputado Braulio José Tanus Braz – 3º-Vice-Presidente; Deputado Ulysses Gomes de Oliveira Neto – 1º-Secretário; Deputado Alencar Magalhães da Silveira Jr. – 2º-Secretário; Deputado Wilson Roberto Batista – 3º-Secretário; Cristiano Félix dos Santos Silva – Diretor-Geral; Antoninho Rodrigues Goulart – Diretor de Finanças; Rogério Gurjão Pinheiro – Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS – PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

LRF, art. 48 - Anexo VII (Portaria STN nº 553, de 22 de setembro de 2014)

RS1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	53.731.469.131,32	
DESPESA COM PESSOAL (COM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS)	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	684.984.351,93	1,2748
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.074.629.382,63	2,0000
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.020.897.913,50	1,9000

Deduzindo-se as despesas com Inativos e Pensionistas nos termos das Instruções Normativas TCEMG nsº 1 e 5, de 2001.

LRF, art. 48 - Anexo VII (Portaria STN nº 553, de 22 de setembro de 2014)

RS1,00

DESPESA COM PESSOAL (SEM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS)	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	887.053.955,02	1,6509
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.074.629.382,63	2,0000
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.020.897.913,50	1,9000



LRF, art. 48 - Anexo VII (Portaria STN nº 553, de 22 de setembro de 2014)

RS1,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	106.474.403,31	175.534.375,75
Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais	105.424.403,31	110.399.901,67
FUNDHAB	1.050.000,00	65.134.474,08

FONTES: RCL: SIAFI-MG, SEF/SCCG, 20/jan/2017, 11h e 54m; Dados da execução: SIAFI-MG, ALMG, 23/jan/2017, 9h e 30m

Deputado Adalclever Ribeiro Lopes – Presidente; Deputado Hely Tarquínio – 1º-Vice-Presidente; Deputado Lafayette Luiz Doorgal de Andrada – 2º-Vice-Presidente; Deputado Braulio José Tanus Braz – 3º-Vice-Presidente; Deputado Ulysses Gomes de Oliveira Neto – 1º-Secretário; Deputado Alencar Magalhães da Silveira Jr. – 2º-Secretário; Deputado Wilson Roberto Batista – 3º-Secretário; Cristiano Félix dos Santos Silva – Diretor-Geral; Antoninho Rodrigues Goulart – Diretor de Finanças; Rogério Gurjão Pinheiro – Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS – PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI (Portaria STN nº 553, de 22 de setembro de 2014)

R\$1,00

ORGÃO / IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a- (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais								
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS	795.027,78	0,00	0,00	0,00	0,00	795.027,78	0,00	0,00
Recursos do Convênio nº 811906/2014, celebrado com o Ministério do Meio Ambiente para o custeio das ações do Projeto Cidadania Riberinha	795.027,78	0,00	0,00	0,00	0,00	795.027,78	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS	203.536.792,72	0,00	47.462.816,49	24.602.831,09	21.866.271,25	109.604.873,89	80.821.572,22	0,00
Recursos ordinários e diretamente arrecadados sem destinação específica	203.536.792,72	0,00	47.462.816,49	24.602.831,09	21.866.271,25	109.604.873,89	80.821.572,22	0,00
TOTAL	204.331.820,50	0,00	47.462.816,49	24.602.831,09	21.866.271,25	110.399.901,67	80.821.572,22	0,00
Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais - FUNDHAB								
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS	65.134.795,88	0,00	0,00	0,00	321,80	65.134.474,08	1.050.000,00	0,00
Recursos diretamente arrecadados	65.134.795,88	0,00	0,00	0,00	321,80	65.134.474,08	1.050.000,00	0,00
TOTAL	65.134.795,88	0,00	0,00	0,00	321,80	65.134.474,08	1.050.000,00	0,00

FONTES: SIAFI-MG, ALMG, 23/jan/2017, 9h e 30m

Discriminação da disponibilidade de caixa bruta (ALMG):

(1) Bancos e Aplicações Financeiras, incluída a aplicação financeira da conta do convênio: R\$72.650.661,35;

(2) Crédito Financeiro a Receber da Unidade Financeira Central (valor registrado nas contas 1.3.1.01.00.00.00 e 1.3.1.02.01.00.00 em contrapartida à Interferências Ativas, resultante da diferença entre os créditos a receber do Tesouro do Estado e a insuficiência do Ativo Disponível em relação ao Passivo Circulante, conforme orientações da SCCG/SEF): R\$131.681.159,15.

Discriminação das demais obrigações financeiras (ALMG):

- (1) IRPF retido na fonte: R\$11.323.294,81
- (2) Pensões alimentícias: R\$530.859,10;
- (3) Obrigações previdenciárias: R\$1.501.482,04
- (4) Contribuições ao Funfp: R\$1.969.549,79
- (5) Outros consignatários da folha: R\$6.099.025,47;
- (6) Depósitos de terceiros: R\$55.078,10;
- (7) Vencimentos não procurados: R\$139.323,23;
- (8) Cauções e garantias diversas: R\$247.658,71

Deputado Adalclever Ribeiro Lopes – Presidente; Deputado Hely Tarquínio – 1º-Vice-Presidente; Deputado Lafayette Luiz Doorgal de Andrada – 2º- Vice-Presidente; Deputado Braulio José Tanus Braz – 3º-Vice-Presidente; Deputado Ulysses Gomes de Oliveira Neto – 1º-Secretário; Deputado Alencar Magalhães da Silveira Jr. – 2º-Secretário; Deputado Wilson Roberto Batista – 3º-Secretário; Cristiano Félix dos Santos Silva – Diretor-Geral; Antoninho Rodrigues Goulart – Diretor de Finanças; Rogério Gurjão Pinheiro – Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.



ERRATA

TERMO DE ADITAMENTO Nº 131/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 26/1/2017, na pág. 2, onde se lê:

“fornecimento, instalação, integração, configuração, ativação e testes, com garantia e treinamento, de equipamentos, acessórios e materiais para implantação do sistema de radiodifusão de sons e imagens com tecnologia digital da TV Assembleia no canal 35, em Belo Horizonte”, leia-se:

“prestação de serviços de manutenção corretiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo”.